

SUMÁRIO

VULNERABILIDADE, HIPERVULNERABILIDADE E O TEMPO

- A vulnerabilidade agravada dos refugiados na sociedade de consumo
The aggravated vulnerability of refugees in the consumer society
VANESSA GISCHKOW GARBINI, TATIANA DE A. F. R. CARDOSO SQUEFF e THOMAZ FRANCISCO SILVEIRA DE ARAUJO SANTOS..... 19
- El paciente como consumidor hipervulnerable
O paciente como consumidor hipervulnerável
CLAUDIA ZALAZAR e M. CONSTANZA GARZINO..... 49
- Teoria aprofundada do desvio produtivo do consumidor: um panorama
Advanced theory of consumer productive resources deviation: a panorama
MARCOS DESSAUNE..... 89

SUSTENTABILIDADE, CONSUMO SUSTENTÁVEL E TRANSGÊNICOS

- O dano social como instrumento à sustentabilidade da sociedade de consumo
Social damage as an instrument to the sustainability of the consumer society
ANA LUIZA COLZANI e MARIA CLÁUDIA DA SILVA ANTUNES DE SOUZA 107
- Proteção ambiental e direito do consumidor: para um consumo sustentável em construção
Environmental protection and consumer rights: an ongoing sustainable consumption process
CLÁUDIO JOSÉ FRANZOLIN 129

Rotulagem de alimentos transgênicos e o direito à informação: aspectos de boa-fé objetiva e transparência

Labeling of transgenic foods and the right to information: aspects of objective good faith and transparency

MÁRIO DE QUESADO MIRANDA BEZERRA, MARIANA ARAÚJO LOBATO e VALTER MOURA DO CARMO

167

CONTRATOS DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR, DEVERES DOS BANCOS E SUPERENDIVIDAMENTO: DESAFIOS GLOBAIS

O crédito conexo: a relação entre os artigos 1.186 do Código Civil e o artigo L.312-55 do Código do Consumo

The related credit: the relationship between articles 1,186 of the Civil Code and article L.312-55 of the Consumer Code

CYRIL NOBLOT

Tradução de: KÁREN BERTONCELLO

187

A obrigação da instituição financeira na proteção do consumidor de crédito bancário no contexto da globalização

The obligation of the financial institution in the protection of the consumer of bank credit in the context of globalization

SAMYRA HAYDÉE DAL FARRA NASPOLINI e CLÉSIA DOMINGOS BRANDÃO DOS SANTOS

203

Boa-fé objetiva e superendividamento do consumidor: uma abordagem crítico-reflexiva do estado da arte das relações consumeristas e das práticas mercadológicas

Objective good faith and consumer over-indebtedness: a critical-reflexive approach to the state of art of consumer relations and marketing practices

ADRIANA SANT'ANNA, DIRCE DO NASCIMENTO PEREIRA e ZILDA MARA CON-SALTER

227

ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO, CLÁUSULAS ABUSIVAS E DIÁLOGO DAS FONTES

Impacto do modelo de negócio do *Airbnb* no mercado de hospedagem: autonomia privada, internet, economia colaborativa e as novas fronteiras do Direito do Consumidor

Impact of Airbnb's business model on the hosting market: private autonomy, the internet, collaborative economy and the new frontiers of Consumer Law

ANTONIO JORGE PEREIRA JÚNIOR, CATHERINE SANTA CRUZ JEREISSATI e MÁRIO DE QUESADO MIRANDA BEZERRA..... 269

Les clauses abusives: articulation entre droit de la consommation et droit commun

Cláusulas abusivas: articulação entre direito do consumidor e direito comum

GEOFFRAY BRUNAUX 295

INFORMAÇÃO, ASSÉDIO DE CONSUMO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL

Dimensión constitucional y convencional del derecho a la información

Dimensão constitucional e convencional do direito à informação

JOSÉ HUMBERTO SAHIAN..... 311

Desvendando a vulnerabilidade comportamental do consumidor: uma análise jurídico-psicológica do assédio de consumo

Disclosing the consumer's behavioral vulnerability: a legal-psychological analysis of the consumer harassment

DENNIS VERBICARO, LAYS RODRIGUES e CAMILLE ATAÍDE..... 349

Exercício do direito à informação e consumo consciente: contribuições da economia comportamental para o direito do consumidor

Exercise of the right to information and conscious consumption: contributions of the behavioral economics to consumer law

IGOR FEITOSA LACÔRTE AYROZA e LILIANE DE MOURA BORGES 385

DIREITO COMPARADO DE CONSUMO, TURISMO E O DANO DE VIAGEM ARRUINADA

Note on the protection of tourists from a national and regional perspective

Nota sobre a proteção de turistas de uma perspectiva nacional e regional

JUAN JOSÉ CERDEIRA 411

A indenização do dano de viagem arruinada e o dever de cooperação do viajante previsto no Decreto-Lei 17, de 8 de março de 2018: breves notas sobre o Direito Português

The indemnification of ruined travel damage and the duty of cooperation of the traveler provided for in Decree-Law 17, of March 8, 2018: brief notes on Portuguese Law

FELIPE COMARELA MILANEZ 421

Responsabilidade pelo fato do produto tóxico no direito nos Estados Unidos e no Brasil

Toxic product liability in the law in the United States and Brazil

ANA PAULA ATZ 459

NOTAS, RELATÓRIOS E LEGISLAÇÃO

Report on the 3rd Session of the Intergovernmental Group of Experts on Consumer Law and Policy and Speeches of the Brazilian Ministry of Justice

ANA CIPRIANO e TORQUATO JARDIM 499

Inovação no sistema produtivo brasileiro: um breve comentário ao Decreto 9.283/2018 à luz da Lei 13.243/2016 e do art. 219-A da Constituição Federal

LAURA SCHERTEL MENDES e CLAUDIA LIMA MARQUES 507

Carta em apoio à sanção da lei de proteção de dados

DIÓGENES CARVALHO e CLAUDIA LIMA MARQUES 517

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSUMIDOR – Indenização – Dano moral – Companhia aérea que cancela viagem de volta de passageiro que não se apresentou no trecho de ida – Inadmissibilidade – Serviço que, embora adquirido em conjunto, é materializado por dois bilhetes autônomos – Condicionamento do uso dos serviços aos interesses exclusivos da fornecedora que configura a vedada venda casada – Verbas devidas.

Comentário por MARIA LUIZA BAILLO TARGA: O dano moral decorrente do cancelamento do voo de retorno de passageiro que não embarcou no voo de ida: comentários ao REsp 1.595.731/RO..... 521

PRESCRIÇÃO – Termo inicial – Dano ambiental – Contaminação ambiental por produtos químicos utilizados em tratamento de madeira destinada à fabricação de postes – Lapso temporal que se inicia com a ocorrência do dano, independentemente da ciência da vítima – Ajuizamento de ação coletiva, ademais, que interrompe o prazo para as demandas individuais – Manutenção da anulação da sentença e devolução dos autos à origem que se impõe.

Comentário por CLAUDIA LIMA MARQUES: Comentário ao REsp 1.641.167/RS (2014/0329474-0), Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 13.03.2018, DJe 20.03.2018, sobre contaminação ambiental, efeitos individuais e por ricochete e interrupção da prescrição da ação individual por ação coletiva não utilizando o art. 17 do CDC.....

553

CONTRATO BANCÁRIO – Cartão de crédito – Favorecimento ao superendividamento pela contratação por aposentados e pensionistas – Inocorrência – Serviço que segue a regra geral adotada pelo Bacen – Vulnerabilidade do idoso que não pode ser presumida e deve ser analisada individualmente – Senioridade, ademais, que não é sinônimo de tolice.

Comentários por DIÓGENES FARIA DE CARVALHO, VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA e FREDERICO OLIVEIRA SILVA: STJ – REsp 1.358.057/PR – 3ª T. – j. 22.05.2018 – v.m. – rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 25.06.2018 – Área do Direito: Civil e Consumidor

576

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

TRANSPORTE AÉREO – Voo internacional – Extravio de bagagem – Indenização – Dano material – Reembolso de diferença entre o valor pago e o valor real – Inadmissibilidade – Impossibilidade de aferição do conteúdo da mala perdida – Valor que deve ser arbitrado conforme a Convenção de Montreal – Montante pago à época do fato que supera o legalmente previsto e afasta a necessidade de complemento.

TRANSPORTE AÉREO – Voo internacional – Extravio de bagagem – Indenização – Dano moral – Perda definitiva da mala que causa relevante preocupação e intranquilidade – Hipótese, ademais, que dispensa prova específica por se caracterizar a lesão *in re ipsa* – Verba devida.

Comentário por MARIA LUIZA BAILLO TARGA: O diálogo entre a convenção de Montreal e o Código de Defesa do Consumidor após a prolação da tese com repercussão geral referente ao tema 210 pelo Supremo Tribunal Federal.....

655

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

DANO MORAL – Indenização – Inscrição do nome em órgão de proteção de crédito – Aluno de instituição de ensino superior que alega trancamento da matrícula – Ausência de comprovação do distrato – Hipótese em que o cadastro restritivo configura exercício regular de direito reconhecido – Verbas indevidas.

Comentários por LILIANE DE MOURA BORGES e IGOR FEITOSA LACÔRTE AYROZA: Utilização da Teoria do Diálogo das Fontes para dirimir lide consumerista: comentário ao RI 0006798-82.2015.827.9100/TO

667

RESENHA

La prestación de servicios sanitarios como relación jurídica de consumo, de Joaquin Cayón de Las Cuevas

SANDRA REGINA MARTINI e KADJA MENEZES

675

TABLE OF CONTENTS

681

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA

685